



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA CENTÉSIMA OCTAGÉSIMA NONA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

1 Esteve reunido, às nove horas, do dia vinte e um de outubro de dois mil e dez, na
2 Sala de Conferências do 10º andar do Edifício Sede da Secretaria de Direitos
3 Humanos/SDH, em Brasília/DF, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
4 Adolescente/CONANDA, em sua centésima octogésima nona reunião, sob a
5 Presidência do Sr. Fabio Feitosa da Silva. Presentes os Conselheiros:
6 Representantes de Órgãos Governamentais Titulares: Carmen Silveira de Oliveira –
7 Representante da Secretaria de Direitos Humanos e Vice-Presidente do CONANDA;
8 Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo – Representante do Ministério do
9 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Georgia Maria Guimarães de Oliveira –
10 Representante do Ministério da Fazenda; Denise Rabello de Brito Franco –
11 Representante do Ministério da Previdência Social/MPS; Representantes de Órgãos
12 Governamentais Suplentes: Alfredo Bernardo Pereira da Silva – Representante da
13 Secretaria Especial de Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –
14 SEPPIR; Maria de Lourdes Magalhães – Representante do Ministério da Saúde –
15 MS; Alessandro Ferreira dos Passos – Representante da Casa Civil da Presidência
16 da República; Representantes de Órgãos Não-Governamentais Titulares: Fabio
17 Feitosa da Silva – Presidente do CONANDA; Andrea Franzini – Representante da
18 Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB/Pastoral do Menor; Maria
19 Luiza Moura Oliveira – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP;
20 Miriam Maria José dos Santos – Representante da Inspetoria São João Bosco –
21 Salesianos; Carlos Eduardo Nery Paes – Representante da Sociedade Brasileira de
22 Pediatria – SBP; Tiana Sento-Sé – Representante do IBISS; Raimunda Núbia Lopes
23 da Silva – Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Maristela
24 Cizeski – Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil -
25 CNBB/Pastoral da Criança; Ariel de Castro Alves – Representante do Movimento
26 Nacional dos Direitos Humanos – MNDH; Glícia Thais Salmeron de Miranda –
27 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Marco Antônio da Silva

28 Souza – Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.
29 Representantes de Órgãos Não-Governamentais Suplentes: Francisco Rodrigues
30 Correa – Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições
31 Benéficas, Religiosas e Filantrópicas/FENATIBREF; Renata Rodrigues Flores
32 Alves – Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços;
33 Silvia de Mattos Duarte – Representante Associação Brasileira de Altismo/ABRA;
34 Iralda Cassol Pereira – Representante da Sociedade Literária Caritativa Santo
35 Agostinho; Convidados: Sandra maria Blanco – Representante do Conselho
36 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis/SC; Carolina
37 Mendonça Groba – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
38 do Adolescente de São Paulo/SP; Fernando Santos Júnior – Representante do
39 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo/SP;
40 Rosimeire Santana Modesto – Representante do Conselho Municipal de Defesa dos
41 Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo/SP; Andrea Aparecida Paixão –
42 Representante do RECIVIL de Minas Gerais; Alexandra Oliveira – Representante do
43 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis.
44 Coordenação-Geral do CONANDA: Margarida Munguba Cardoso – Coordenadora
45 Geral do CONANDA. **PAUTA: 1) Abertura; 2) Informes; 3) Relato das Comissões; 4)**
46 **Relato da Comissão eleitoral; 5) Encerramento. Abertura.** O Sr. Fabio Feitosa da
47 Silva verificou a inexistência de quórum para início da plenária e após trinta minutos
48 regimentais iniciou a reunião, com qualquer quórum, cumprimentando e
49 agradecendo a presença de todos. Na sequência passou ao primeiro item da pauta.
50 **Informes Gerais.** A Sra. Miriam Maria José dos Santos informou que: a) O Fórum
51 Nacional DCA promovia seminários regionais pelo país, que contavam com a
52 participação de grupos de adolescentes, e os adolescentes do seminário regional da
53 Região Sudeste elaboraram uma carta reivindicando um espaço efetivamente
54 formado e dirigido por adolescentes e, para tanto, solicitaram que a carta fosse
55 entregue ao CONANDA pela Conselheira, que passou à leitura. b) Representando o
56 CONANDA, participou de reunião com a Pastoral do Menor, na qual foi confirmado o
57 lançamento da Campanha em favor das medidas socioeducativas, no dia 08 de
58 novembro do corrente ano, na sede da Confederação Nacional dos Bispos do
59 Brasil/CNBB, em Brasília/DF, às 14 horas. Ao passo que o CONANDA deliberou
60 pela participação da própria e do Conselheiro Andrea Franzini; c) Nos dias seis e
61 sete do mesmo mês seria realizada a Oficina de Argumentação, ainda sem local
62 definido, que seria uma oficina de capacitação para adolescentes e educadores
63 multiplicadores da campanha em todo o Brasil; d) informou que a Consulta Pública

64 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS
65 teve término dia 13 de setembro, ressaltando que o CONANDA não contribuiu
66 efetivamente para a norma, visto que a mesma trazia em seu conteúdo algumas
67 diretrizes em relação às medidas socioeducativas de meio aberto e os programas de
68 serviços de acolhimento. Com tanto, solicitou que fosse oficiado o Conselho
69 Nacional da Assistência Social/CNAS requerendo a prorrogação da aprovação da
70 norma, posteriormente a diálogo com o CONANDA. O que foi acatado por todos sem
71 objeções. Após, a Sra. Maria de Lourdes Magalhães informou que: a) A própria e o
72 Conselheiro Carlos Eduardo Nery Paes, no período de três a cinco de novembro, em
73 São Paulo, participariam da Comissão de Validação da Petrobrás dos Projetos
74 custeados pelo Fundo Nacional da Criança e do Adolescente/FNCA. Com tanto,
75 solicitou que o CONANDA indicasse mais alguns representantes; b) O Ministério da
76 Saúde recebeu e avaliava cerca de 1.500 projetos para atividades físicas e a
77 prevenção de violências; c) representaria o CONANDA em evento promovido pela
78 Febraban de São Paulo, Café com Responsabilidade, no Banco Itaú, e faria a
79 apresentação do Plano Decenal; Posto isto, a Sra. Maristela Cizeski informou que a
80 Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches esteve pela manhã daquele dia na SDH,
81 todavia, devido a uma agenda da Associação Brasileira de Magistrados e
82 Promotores de Justiça da Infância e Juventude/ABMP no Estado do Pará não
83 poderia estar presente naquele momento e no decorrer do dia. Prosseguindo, a Sra.
84 Carmen Silveira de Oliveira informou que: a) A Secretaria Nacional de Promoção e
85 Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente organizava para seis a oito de
86 dezembro o Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos da
87 Criança e do Adolescente, com o intuito de selecionar e premiar as melhores
88 práticas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. b) a
89 SNPDCA estava disponível, quando demandada pelo CONANDA, para apresentar o
90 balanço das ações da Secretaria no período de 2003 a 2010. A Sra. Glícia Thais
91 Salmeron de Miranda informou que a Comissão Eleitoral até aquele momento não
92 havia se reunido e não concluiu suas atividades. Deste modo, solicitou sua retirada
93 juntamente com a Sra. Maristela Cizeski para concluir os trabalhos da comissão. Ao
94 passo que o Conselho deliberou a favor do pedido e o retorno da comissão no final
95 da assembleia para seus informes. **Relato das Comissões. Comissão de**
96 **Mobilização e Formação/CMF.** A Sra. Tiana Sento-Sé relatou que o Encontro de
97 Conselhos, anteriormente previsto para ocorrer naquela semana, foi adiado para os
98 dias 10 e 11 de novembro do mesmo ano devido a alguns problemas de logística e
99 liberação de recursos. Todavia, tornava possível uma discussão mais qualificada do

100 Plano Decenal, além de uma consulta presencial e o recebimento das contribuições
101 dos conselhos estaduais e municipais. Após, apresentou o cronograma de
102 atividades do Encontro de Conselhos e a lista de conselheiros que fariam o contato
103 com cada conselho estadual e municipal, até o dia 28 do corrente mês, ressaltando
104 a importância do encontro e dos temas que seriam discutidos no encontro, inclusive
105 a Política Nacional e o Plano Decenal, informando também que estaria presente
106 uma pessoa por estado, ou quem se disponibilizasse a próprias custas e
107 questionando o recebimento do termo de compromisso inter-conselhos dos direitos
108 da criança e do adolescente. **Comissão de Políticas Públicas/CPP.** O Sr. Andrea
109 Franzini relatou que a Comissão, quando esteve reunida, discutiu na maior parte do
110 tempo a Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e
111 dos Adolescentes. Discutiu a morte do adolescente no Centro de Internação de Belo
112 Horizonte e encaminhou a análise à CDH, que foi a comissão demandante e que no
113 seu relato traria mais detalhes. Discutiu a necessidade de uma análise físico-
114 financeira dos investimentos do FNCA e solicitou da COF o encaminhamento dos
115 projetos financiados e que fortaleceram a efetivação das políticas públicas que a
116 comissão tratava. **Comissão de Orçamento e Finanças/COF.** A Sra. Carmen
117 Silveira de Oliveira relatou que a COF: a) discutiu o relatório demandado pela
118 Petrobrás, com uma série de documentos, desde a lei de criação de recursos do
119 FNCA até a planilha de projetos aprovados, que seria finalizado e enviado naquela
120 manhã; b) discutiu também o relatório de aplicação para destinação para 2011, que
121 seria encaminhado também para a Petrobrás, considerando que 50% dos recursos
122 destinados deveriam ser utilizados na área de atuação da estatal, onde possuía
123 refinarias e plataformas; c) discutiu a minuta de resolução que regulamentaria os
124 procedimentos e a metodologia de doação para o FNCA. Com tanto, solicitou a
125 aprovação da minuta; d) sugeria ao Conselho um informe aos conselhos estaduais e
126 municipais sobre o andamento da Ação Civil Pública que solicitava a suspensão dos
127 efeitos dos Artigos 12 e 13 da Resolução nº 137, que regulamentava o FNCA,
128 ressaltando que a Juíza Raquel Soares Schiarele, no dia 17 de setembro do
129 corrente ano, indeferiu a ação, recomendando, portanto, aos conselhos dos direitos
130 que a implementação das modalidades descritas nos artigos retro mencionados seja
131 feita observando rigorosamente os princípios constitucionais norteadores desta
132 Resolução. Posto isto, foi aprovada a referida sugestão; e) analisou o Acórdão do
133 Tribunal de Contas da União/TCU nº 810 de 09 de março de 2010 que recomendou
134 à SDH abster-se de celebrar convênios com entidades vinculadas a membros de
135 conselhos institucionais da secretaria, em atenção aos princípios da moralidade e da

136 impessoalidade, insculpidos no Artigo 37 da Constituição Federal. A partir disso,
137 surgiu a dúvida quanto à expressão: “entidades vinculadas a membros de
138 conselhos”. Com isso, o Conselho deliberou por solicitar maiores esclarecimentos
139 sobre quais entidades poderiam ser conveniadas, visto que o termo “vinculadas”
140 abrangia não só as entidades representadas pelos conselheiros, mas também
141 aquelas vinculadas às entidades representadas. Ao passo que a Sra. Miriam Maria
142 José dos Santos sugeriu priorizar a discussão do projeto de repasse fundo a fundo;
143 f) discutiu o edital de seleção dos projetos para financiamento do FNCA 2011 e
144 sugeriu que as demais comissões permanentes analisassem o edital, inclusive,
145 sugerissem as linhas de ações e prioridades para o piloto de chancela, que é o
146 modelo de financiamento a partir da captação posterior de recursos, a fim de que o
147 edital fosse aprovado na próxima plenária do Conselho, em novembro do corrente
148 ano; g) analisou alguns projetos e três deles encontravam-se pendentes de
149 aprovação pelo Ministério do Planejamento, que seriam a reforma de três unidades
150 de medidas socioeducativas, uma em Itumbiara, de Goiás, em Porto Velho,
151 Rondônia, e Cuiabá, Mato Grosso, orçadas em cinco milhões, por causa da
152 mudança de localizadores, visto que a verba estava destinada anteriormente aos
153 estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, todavia, o CONANDA entendeu que
154 essas unidades teriam a verba necessária para a reforma de suas unidades e, com
155 tanto, entendeu melhor transferir a verba para os três estados; h) sugeriu a
156 aprovação o projeto de Pesquisa da Rede ANDI desde a implementação do Sistema
157 Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE até aquele momento, com o
158 intuito de editar cartilha que orientasse a atuação da mídia nas divulgações sobre o
159 sistema socioeducativo de forma politicamente correta; i) sugeriu a aprovação de
160 dois projetos relativos a apoio a fóruns, um que seria Fórum Nacional de Justiça
161 Juvenil/FONAJUV, prevendo cinco encontros regionais e um encontro nacional do
162 Fórum, e o Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras
163 da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do
164 Adolescente/FONACRIAD, prevendo R\$ 203.670,00 (duzentos e três mil e
165 seiscentos e setenta reais) para a realização do último encontro do Fórum em
166 dezembro do corrente ano. Com isso, o CONANDA aprovou em seu inteiro teor os
167 dois projetos analisados pela COF e aprovou o mérito dos últimos projetos relativos
168 ao apoio a fóruns, ficando condicionada a aprovação integral à indicação do
169 proponente dos projetos via meio eletrônico. Posto isto, o Sr. Fabio Feitosa da Silva
170 informou que a Conselheira Tiana Sento-Sé levou à COF a preocupação da
171 continuidade do convênio com o Projeto Auçuba. Ao passo que sugeriu prazo de 30

172 dias para a ONG apresentar o aditamento da proposta, garantindo a continuidade do
173 convênio. **Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar/CDH.** O Sr. Ariel
174 de Castro Alves relatou que a CDH: a) discutiu o Projeto de Lei/PL 6.938, que trata
175 da reparação civil coletiva decorrente das piores formas de trabalho infantil, e
176 encaminhou à CPP, subsidiada do posicionamento da CDH, a fim de que concluísse
177 a análise do processo; b) discutiu solicitação de parecer da rede hoteleira sobre a
178 hospedagem de criança ou adolescente. Ao passo que o Sr. Fabio Feitosa da Silva
179 esclareceu que o CONANDA requereu do CNJ parecer à questão. Todavia, a
180 comissão encaminhou por enviar essa solicitação por meio eletrônico, único meio
181 pelo qual o CNJ recebia as demandas; b) sugeriu pauta específica na próxima
182 assembleia do CONANDA para discutir a Resolução nº 139, dos conselhos tutelares.
183 Todavia, o CONANDA deliberou formar uma comissão, sob a coordenação da CDH,
184 com os seguintes conselheiros: Glícia Thais Salmeron de Miranda, Helen Crystine
185 Corrêa Sanches, Ariel de Castro Alves, Francisco Antônio de Souza Brito; e
186 assessorada pela Sra. Fabiana, da SPDCA; para uma discussão prévia até três de
187 novembro do corrente ano e posterior aprovação na assembleia seguinte; c) sugeriu
188 uma representação ao CNJ e ao Ministério Público Federal contra o toque de
189 recolher e o toque escolar. Além de apoiar essa representação, o CONANDA
190 deliberou por uma participação efetiva de um representante da CDH na plenária do
191 CNJ para tratar do tema; d) analisava solicitação de interferência do CONANDA, a
192 pedido do Ministério Público do Piauí, no sistema socioeducativo do estado, visto o
193 não acolhimento pelo poder judiciário das demandas apresentadas; e) sugeriu
194 minuta de apoio à Resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
195 Adolescente do Estado/CEDCA de Rondônia que altera a legislação de composição
196 do Conselho Estadual. Para tanto, fora designada a Sra. Helen Crystine Corrêa
197 Sanches para minutar o ofício ao governador do estado. Com isso, o CONANDA
198 aprovou a sugestão; f) sugeriu encaminhar para o Ministério Público de Tocantins
199 relatório das visitas realizadas pela SDH de Palmas e CEDCA Tocantins no Centro
200 de Atendimento Socioeducativo de Palmas para conhecimento e providências, além
201 de encaminhar cópia para a comissão intersetorial do SINASE; g) analisaria
202 denúncias de violações de direitos humanos no Abrigo Desembargador Olívio
203 Câmara, no Ceará, para posterior parecer; h) encaminhou verificar se o Ministério
204 Público do Estado de Goiás acompanhava denúncia de que no Presídio Jussara
205 conviviam adolescentes e adultos, considerando que o desembargador do TJ Goiás,
206 Felipe Batista Cordeiro, enviou parecer do juiz Gerson Santana Cintra pelo
207 arquivamento do processo por falta de provas. Além disso, encaminhou enviar o

208 processo à Comissão Intersetorial do SINASE e que a Conselheira Maria Luiza
209 Moura Oliveira acompanhasse o caso; i) encaminhou atender solicitação da
210 Comissão da Criança e do Adolescente da OAB Pará, que solicitou a presença do
211 CNJ, CNMP e CONANDA em audiência pública sobre medida socioeducativa do
212 estado através do projeto Medida Justa. Para tanto, a Sra. Glícia Thais Salmeron de
213 Miranda, o Sr. Andrea Franzini e a Sra. Maristela Cizeski foram incumbidas de fazer
214 o relato sobre as situações encontradas, além da Sra. Helen Crystine Corrêa
215 Sanches fazer o relato das vistorias que ocorriam naquele dia no estado; j) sugeriu
216 encaminhar ao CNJ solicitação do CEDCA Rondônia requerendo a regularização
217 dos plantões judiciais, considerando não ser competência do CONANDA; k)
218 conforme foi deliberado pelo CONANDA, solicitou informações sobre o caso de
219 Luziânia, da morte dos adolescentes. Todavia, o processo encontrava-se sobre
220 segredo de justiça. Com tanto, a Conselheira Maria Luiza Moura Oliveira foi
221 incumbida de acompanhar o caso; l) encaminhou solicitação de Juiz de Direito de
222 Matelândia/Paraná de uma vaga no sistema socioeducativo para adolescente
223 infrator que encontrava-se em liberdade devido à indisponibilidade de vagas para a
224 Secretaria Estadual responsável e para o Conselho Estadual; m) analisou demanda
225 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana sobre providências
226 solicitadas em face das recomendações do relatório final da Comissão Especial de
227 Combate à Criminalização de Movimentos Sociais com relação a abusos a crianças
228 e adolescentes mantidas em acampamentos. Com tanto, a comissão sugeriu a
229 participação de conselhos tutelares, varas da infância e juventude e conselhos de
230 direitos nas comissões de mediação de conflitos da Ouvidoria Agrária Nacional
231 diante da eminência de despejos, o que foi acatado pelo Conselho; n) sugeriu
232 encaminhar ao Ministério Público do Estado de São Paulo, Ouvidoria de Polícia de
233 São Paulo e para a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da SDH denúncia do
234 Sr. Sinvaldo José Firmo, advogado, de ser, ele e o filho de 13 anos, alvo de racismo,
235 constrangimento ilegal e humilhação enquanto se encaminhava ao estádio do
236 Pacaembu, em São Paulo; o) analisava os esclarecimentos da Secretaria do
237 Trabalho e Desenvolvimento do Ceará sobre episódio no Centro Educacional
238 Patativa do Assaré; p) encaminharia ao setor específico solicitação da Câmara
239 Municipal de Araraquara/SP de campanha de conscientização dos pais para instruir
240 seus filhos a respeito de atitudes suspeitas de pessoas conhecidas ou não,
241 prevenindo a pedofilia. **Aprovação das Atas da 186ª e 187ª Assembleia Ordinária.**
242 Após sugestões de correção na ata da 186ª Assembleia Ordinária, a mesma foi
243 aprovada. Contudo, a Ata da 187ª seria aprovada em assembleia posterior

244 necessitando um número maior de correção e inserção de textos a pedido dos
245 conselheiros. **Rede ANDI. Portal Direitos da Criança.** A Sra. Paula Rosa,
246 juntamente com a Sra. Valéria Araújo e o Sr. Rafael Gomes, representantes da
247 Rede ANDI, apresentaram as mudanças feitas no portal dos direitos da criança,
248 www.direitodacrianca.org.br, e, após, receberam algumas contribuições de melhoria.
249 A Conselheira Tiana Sento-Sé sugeriu um maior destaque para a logomarca do
250 Conselho. Ao passo que o Presidente, Sr. Fabio Feitosa da Silva, apoiou essa
251 proposição e afirmou que seria ótima a inserção dos materiais das comissões
252 permanentes e a uma maior participação dos adolescentes por meio do site. Por
253 derradeiro, destacou pertinente uma integração maior com os Conselhos Estaduais
254 e Municipais através do Portal. A Conselheira Carmen Silveira de Oliveira
255 parabenizou pelo trabalho e sugeriu cores mais vibrantes e um site com a cara da
256 criança e do adolescente, diferenciando do site institucional. Sugeriu também que a
257 página principal abrisse para o CONANDA. A Sra. Lilian Cordeiro Prates indagou se
258 o site permitiria ter a estatística semanal dos acessos ao Plano Decenal dos Direitos
259 Humanos de Crianças e Adolescentes através de uma ferramenta específica. O
260 Conselheiro Alfredo Bernardo Pereira da Silva afirmou que era necessário inserir
261 imagens de crianças, desenhos e ilustrações. Sugeriu a criação de reportagens
262 especiais com temas que não fossem tratados ali, de modo que fosse uma fonte de
263 cultura e mostrasse os diferentes espaços e culturas do Brasil. A Conselheira Miriam
264 Maria José dos Santos sugeriu um link sobre o protagonismo da criança e do
265 adolescente. Sugeriu também inserir o Encontro de Conselhos, juntamente com o
266 relatório final, que de dois em dois anos o CONANDA o promove. Corrigiu o termo
267 trabalhador adolescente, porque o antes de ser trabalhador seria adolescente, ou
268 seja, adolescente trabalhador. Propôs, por derradeiro, algumas enquetes sobre
269 alguns temas polêmicos, tal como a redução da maioridade penal. Ponderou a
270 importância de um instrumento que garantisse a continuidade da renovação do
271 convênio para que o Portal não ficasse parado como ficou no ano anterior. Ao passo
272 que a Sra. Carmen Silveira de Oliveira esclareceu que existia a possibilidade de
273 aditamento do convênio, que era o modelo o qual vinha se trabalhando. A
274 Conselheira Maria de Lourdes Magalhães parabenizou pelo portal ressaltando que
275 conseguiu acessar facilmente o Plano Decenal. **Política Nacional e Plano Decenal**
276 **dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.** A Conselheira Ana Angélica
277 Campelo de Albuquerque e Melo sugeriu convidar os conselhos nacionais a
278 participarem do Encontro de Conselhos a fim de que os mesmos pudessem
279 contribuir com a política nacional e o plano decenal além da consulta pública. Ao

280 passo que a Conselheira Maria de Lourdes Magalhães sugeriu também que um
281 conselheiro ou o presidente do CONANDA solicitasse um espaço na assembleia dos
282 conselhos a fim de apresentar a Política e o Plano. O Conselheiro Andrea Franzini,
283 responsável por fazer a explanação da discussão feita na Comissão de Políticas
284 Públicas sobre o Plano Decenal, afirmando que a Comissão sentiu falta no plano e
285 sugeriu a necessidade de um objetivo estratégico que trate especificamente da
286 criança e do adolescente indígena. Com isso, passou a apresentar as proposições
287 da CPP de alteração da Política e do Plano. Na meta um sugeriu inserir a rede
288 particular de ensino e alterar o termo ensino fundamental para o ensino básico, que
289 abrangeria também as creches. Sugeriu para a meta quatro a seguinte redação: *até*
290 *2020, realizadas campanhas anuais e intersetoriais e de cunho educativo e*
291 *informativo, de promoção dos direitos e prevenção às violências.* Para o Objetivo
292 estratégico dois sugeriu a seguinte redação: *Fortalecer as competências familiares*
293 *em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e*
294 *adolescentes.* Sugeriu a retirada, na meta cinco, a seguinte parte: *nas capitais e*
295 *municípios metropolitanos e incluídos no territórios de cidadania.* Sugeriu nova meta:
296 *até 2020, a temática da sustentabilidade socioambiental, incorporada nos projetos*
297 *políticos pedagógicos das instituições que compõem a rede sócio assistencial*
298 *privada.* Sugeriu mudar de 60% para 100% a meta oito. Sugeriu nova meta,
299 qualificando-a de 12A: *até 2020, com acesso aos programas de inclusão produtiva,*
300 *geração de trabalho e geração de renda para 100% das famílias inseridas em*
301 *programas de transferência de renda.* Sugeriu suprimir da meta quinze o *Serviço de*
302 *Proteção Atendimento Integral a Família PAIF;* e na meta 16 o *Serviço de Proteção e*
303 *Atendimento Especializado a Família e Indivíduo, PAEFI.* Incluir na meta 20 a
304 inclusão da palavra *famílias:* *até 2020 ampliada para 80% a cobertura pela atenção*
305 *primária, com serviço de qualidade para crianças, adolescentes e famílias.* Sugeriu
306 nova meta 51 A: *até 2020, 100% dos adolescentes, acima de 14 anos que estão*
307 *atendidos nos serviços de acolhimento, com acesso ao programa de*
308 *profissionalização, aprendizagem e inserção no mercado de trabalho.* Sugeriu a
309 meta 59 A: *até 2015, 100% dos adolescentes em cumprimento de medida*
310 *socioeducativa em meio fechado, com acesso garantido à escolarização.* 59 B: *até*
311 *2020, 100% dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas com*
312 *acesso a programas de profissionalização, aprendizagem e inserção no mercado de*
313 *trabalho.* Por fim, informou que outra questão levantada na CPP foi quanto à
314 questão da responsabilização dos gestores públicos pelo não cumprimento da
315 garantia dos direitos. Todavia, o Conselho decidiu por voltar à discussão do tema

316 levantado após a consulta pública e outras sugestões ao Plano Decenal. **Relato da**
317 **Comissão Eleitoral.** A Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda informou que
318 a comissão analisou, nos dois dias que se reuniu, 47 processos, deferindo 28
319 entidades e indeferindo 19, com consequente publicação para abertura do prazo
320 recursal, a partir do dia 26 de outubro. Com tanto, o Conselho deliberou que a
321 Comissão eleitoral se reunisse no dia 8 para análise dos recursos. A Conselheira
322 Maristela lembrou que a convocação das eleições preconizava a publicação das
323 entidades habilitadas ou não para o processo eleitoral, mas não indicava a
324 publicação dos motivos da não habilitação. Com isso, sugeriu que o CONANDA
325 encaminhasse ofício notificando as entidades pelo motivo da não habilitação, o que
326 foi acatado. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Fabio Feitosa
327 da Silva encerrou a reunião.